

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0803683-56.2023.8.10.0000 Paciente: WARLEN BRUNO
CAMELO ROCHA Impetrante: FABIO MARCELO MARITAN ABBONDANZA (OAB/MA nº
7.630) Impetrado: JUÍZO DA VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS
Relator: DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS.
ROUBO MAJORADO. LATROCÍNIO NA FORMA TENTADA. DISPARO DE ARMA DE FOGO.
PORTE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO
PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DE LIBERDADE
PROVISÓRIA CONCEDIDO A CORRÉU. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE
FÁTICO-PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA
E DENEGADA. I. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça,
eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um
critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz
dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta
as particularidades da demanda, de modo a evitar retardo abusivo e
injustificado na prestação jurisdicional. Precedentes. II. Coação ilegal
não configurada na espécie, uma vez que o curso da ação penal tem duração
razoável e compatível com as particularidades do caso concreto, de sorte
que eventual delonga se deu em virtude da complexidade da estrutura
criminosa organizada, do número expressivo de acusados (cinco) e da
pluralidade de crimes, além da necessidade de expedição de cartas
precatórias para a comunicação dos atos processuais. III. O art. 580 do
Código de Processo Penal permite que, na hipótese de concurso de agentes,
a decisão judicial favorável proferida em favor de um acusado estenda-se
aos demais, desde que as situações fático-processuais sejam idênticas e
não esteja a decisão beneficiadora fundada em motivos que sejam de caráter
 eminentemente pessoal. IV. Não há identidade fático-processual entre o
paciente e o corréu Robson Matias Carvalho, beneficiado com a substituição
da prisão por cautelares alternativas, porquanto concedida a benesse
devido à ausência de evidências de que se dedicasse a atividades
criminosas, assim como em virtude de seus predicados favoráveis e de sua
apresentação espontânea na Delegacia de Polícia, não tendo o requerente,
por outro lado, sequer apresentado documentos comprobatórios de tais
condições pessoais. V. Ademais, há diferença nos graus de participação na
empreitada criminosa, recaindo sobre o paciente a acusação de transporte
de armas e veículo para utilização no crime, bem como a suspeita de
participação em outro roubo semelhante juntamente com os corréus, o que
impede a extensão dos efeitos daquela decisão, na forma do art. 580, do
CPP. VI. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema.
GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim
0803683-56.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 24/04/2023)